

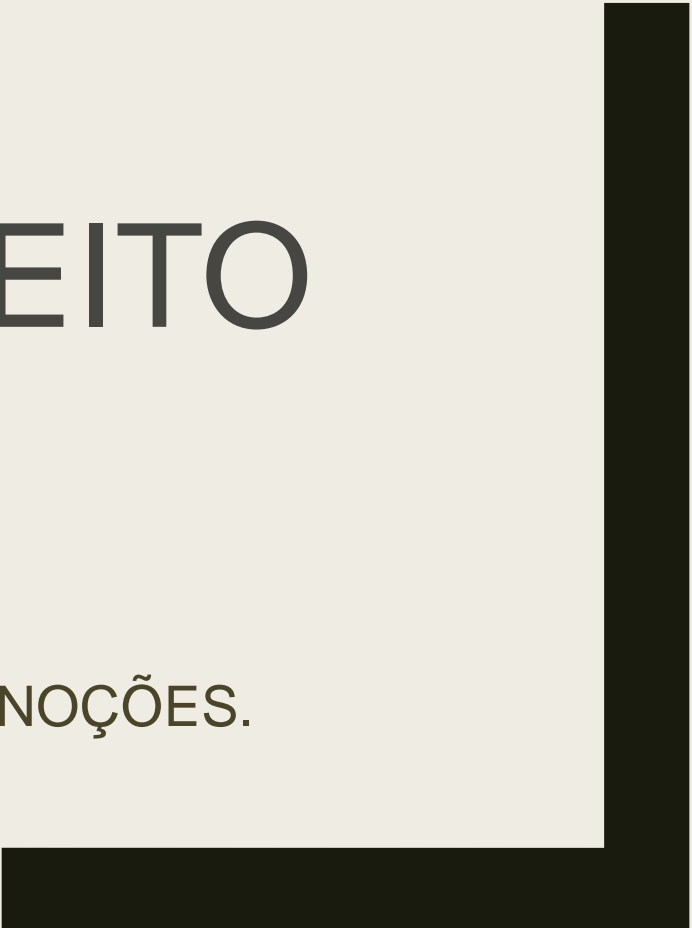


HUM-20

NOÇÕES DE DIREITO

Prof.^a. Natália Jodas

AULA 01
INTRODUÇÃO AO DIREITO. CONCEITO E NOÇÕES.
TEORIA GERAL DO ESTADO



1. O que é o Direito?

- Direito é um “conjunto de normas jurídicas ou regras de conduta” (Norberto Bobbio)
- Direito é instituição, porque por meio dele se criam as instituições responsáveis pela imposição da ordem social (Santi Romano)
- Direito é um “conjunto compacto de normas, instituições e decisões” (Tércio Sampaio Ferraz Jr.)



1.1 Qual a finalidade do Direito?

- Estabelecimento de regramentos sociais → ordem social
- Solução de conflitos → decidibilidade dos conflitos jurídicos



1.2 Os sentidos da palavra “Direito”

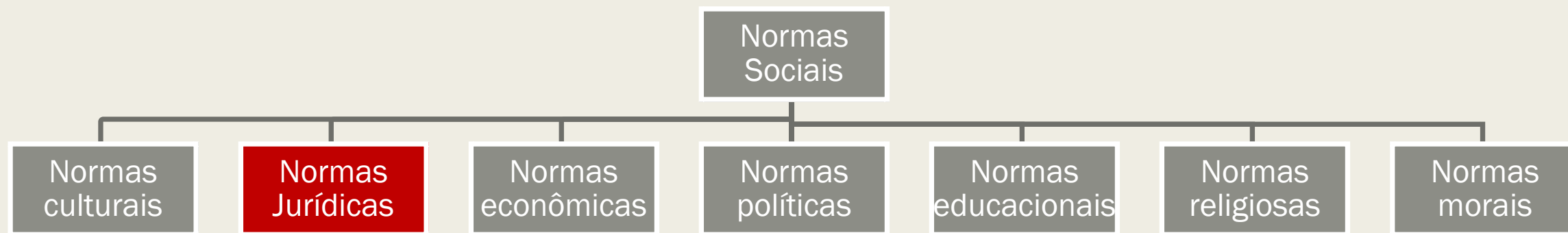
- **Direito Objetivo:** “conjunto de normas que objetivam regulamentar o comportamento das pessoas na sociedade”; “direito positivo”; “direito vigente”; “ordenamento jurídico”
- **Direito Subjetivo:** é aquilo que alguém pode fazer, exercendo uma faculdade (ex: direito de votar); exigir uma prestação ou omissão;
- **Ciência Jurídica/ Ciência do Direito:** conjunto das disciplinas jurídicas estudadas pelo estudante ou jurista/ direito é o estudo das normas jurídicas (conjunto de disciplinas jurídicas)



Fonte: DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

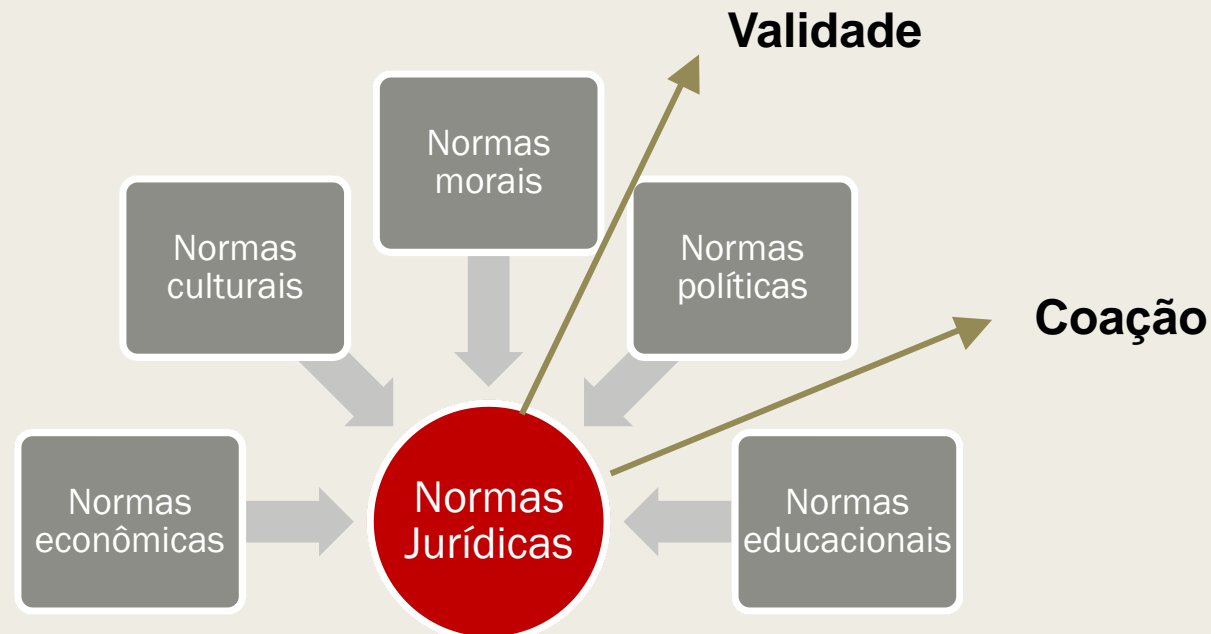
2. O que são normas jurídicas?

- Espécies de normas sociais;
- Convivem com outras normas na sociedade;



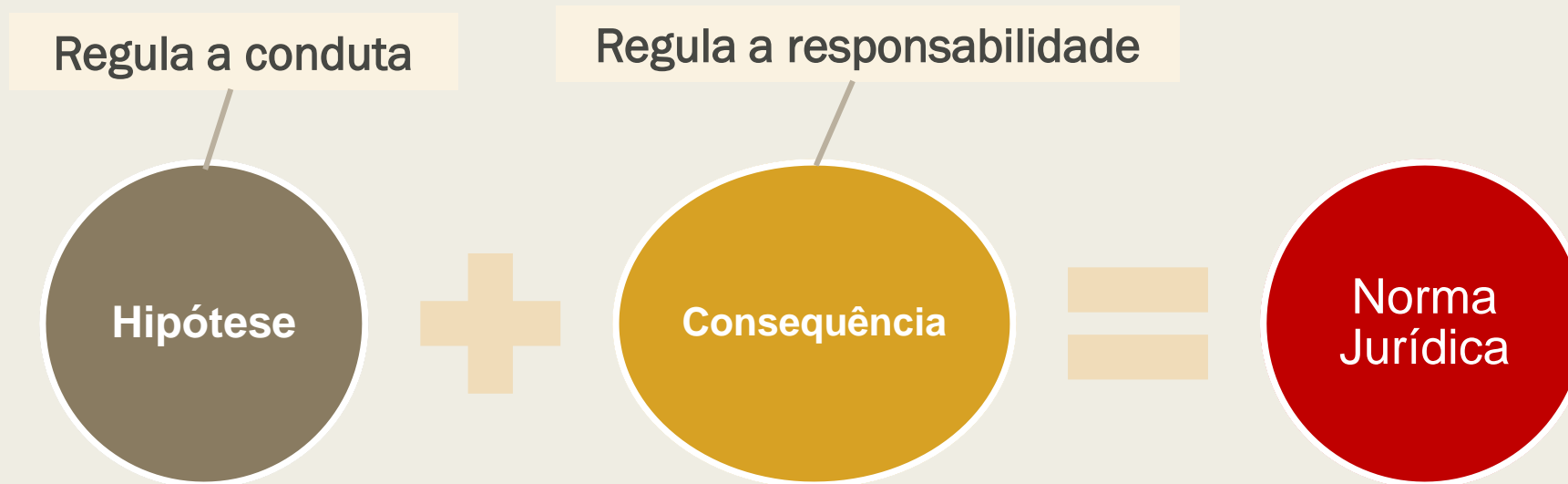
2. O que são normas jurídicas?

- São normas sociais que prescrevem um comportamento exigível, imputando consequências à ação social, por meio de estímulos (sanções premiais ou sanções punitivas) (BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva, 2018)
- É uma proposição que regulamenta o comportamento social de forma imperativa, estabelecendo proibições, obrigações e permissões. Na maioria dos casos, o descumprimento da norma está associado a sanções negativas. (DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019)



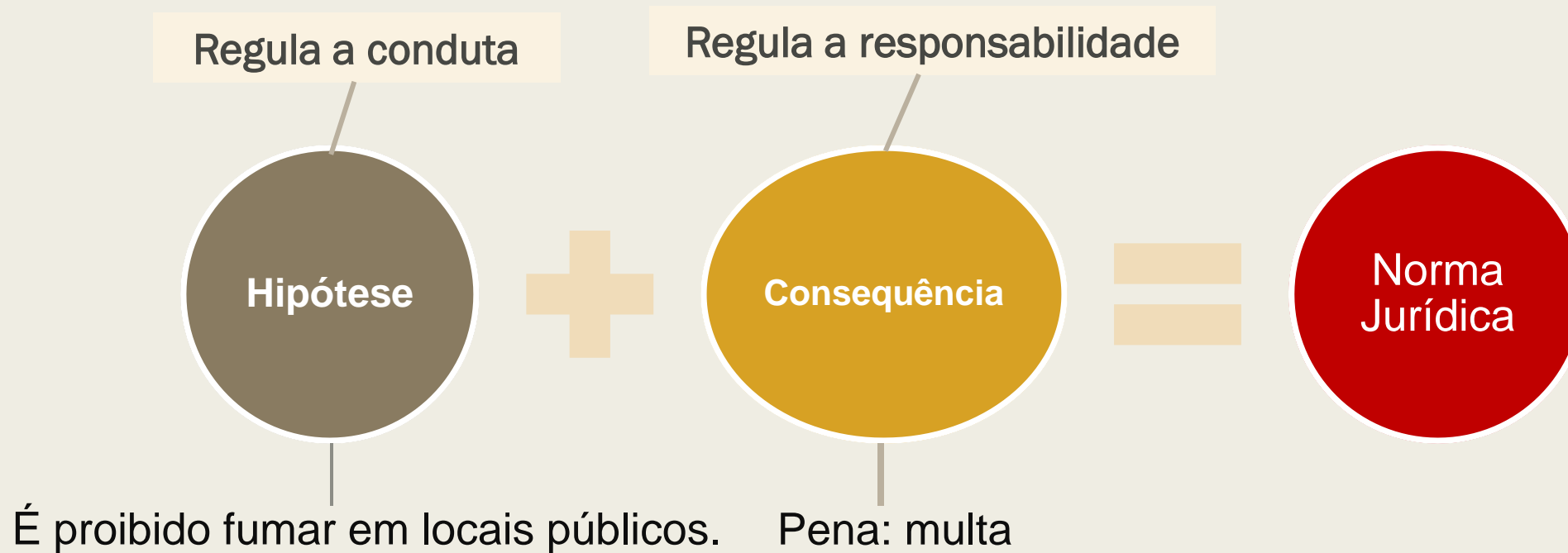
2.1 Estrutura das Normas Jurídicas

- REGRA GERAL: HIPÓTESE + CONSEQUÊNCIA

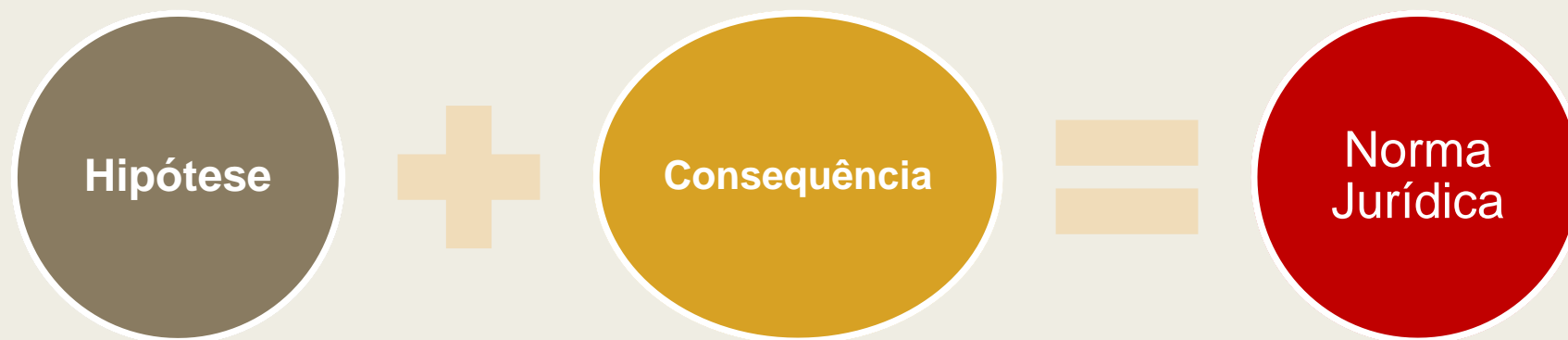


2.1 Estrutura das Normas Jurídicas

- REGRA GERAL: HIPÓTESE + CONSEQUÊNCIA



2.1 Estrutura das Normas Jurídicas



- Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos
- **HIPÓTESE:** Matar alguém
- **CONSEQUÊNCIA:** reclusão de seis a vinte anos

2.1 Estrutura das Normas Jurídicas



2.1 Estrutura das Normas Jurídicas

Lei Complementar Municipal n.319/07 – (Lei do IPTU - São José dos Campos):

“Fica concedida isenção às Áreas de Preservação Permanente, em conformidade com o artigo 2º da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, proporcional à área preservada e desde que seja comprovada pela Secretaria de Meio Ambiente a efetiva preservação da área”

HIPÓTESE: Manter Área de Preservação Permanente proporcional à área preservada

CONSEQUÊNCIA: Isenção do IPTU (SANÇÃO PREMIAL)

2.1 Estrutura das Normas Jurídicas

- As normas jurídicas não terão obrigatoriamente a Consequência no seu enunciado normativo;
- É o ordenamento jurídico, como um todo, que contém a sanção organizada (Consequência);

Exemplo:

“Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”
(Constituição Federal, art. 5º, III)

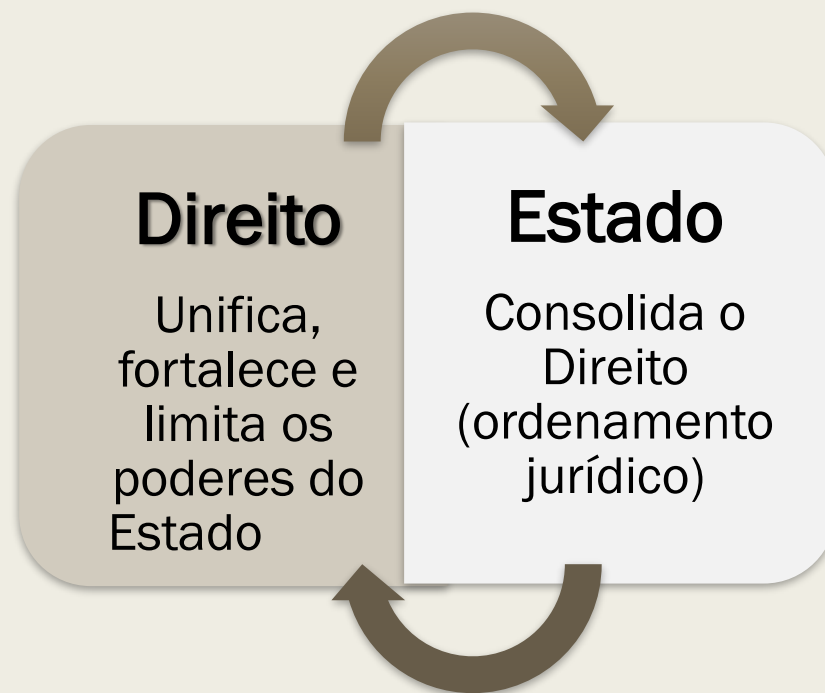
- **HIPÓTESE:** submeter alguém à tortura ou tratamento desumano ou degradante
- **CONSEQUÊNCIA:** ?
- **Sanção Punitiva:** Lei n. 9.455/97 – define os crimes de tortura e respectivas penalidades

3. Direito e Estado

- Qual a relação?
- Normas jurídicas são validadas pelo Estado (Poder Legislativo)

Idade Contemporânea
(século XVIII ao presente):

- Revolução Norte-Americana (1776);
- Revolução Francesa (1789);



Idade Moderna (século XV ao século XVIII):

- Mercantilismo;
- Antigo Regime;
- Surgimento da Burguesia

2. Direito e Estado

- As normas sociais consideradas normas jurídicas são aquelas validadas e aplicadas pelo Estado (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)
- Teoria tradicional do Direito: o Estado é o único instituidor do Direito (normas jurídicas) – **monismo jurídico**;
- Teoria crítica do Direito: Estado não é o único instituidor do Direito – **pluralismo jurídico**

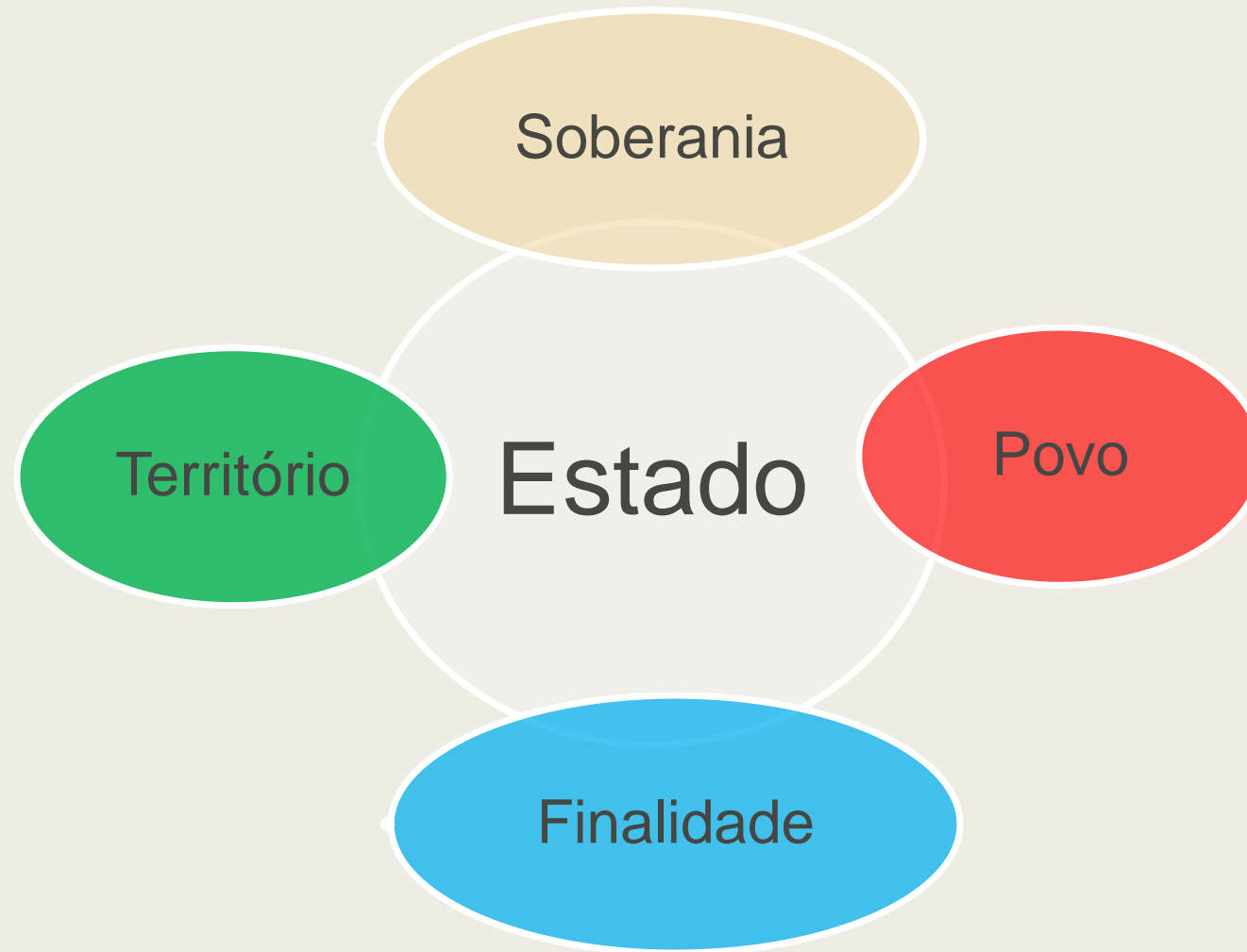
3. Direito e Estado

- Estado: “ordem jurídica **soberana** que tem por fim o **bem comum** de um **povo** situado em **determinado território**” (DALLARI, Dalmo. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 119).

- **Elemento Soberania**
- **Elemento Finalidade**
- **Elemento Povo**
- **Elemento Território**



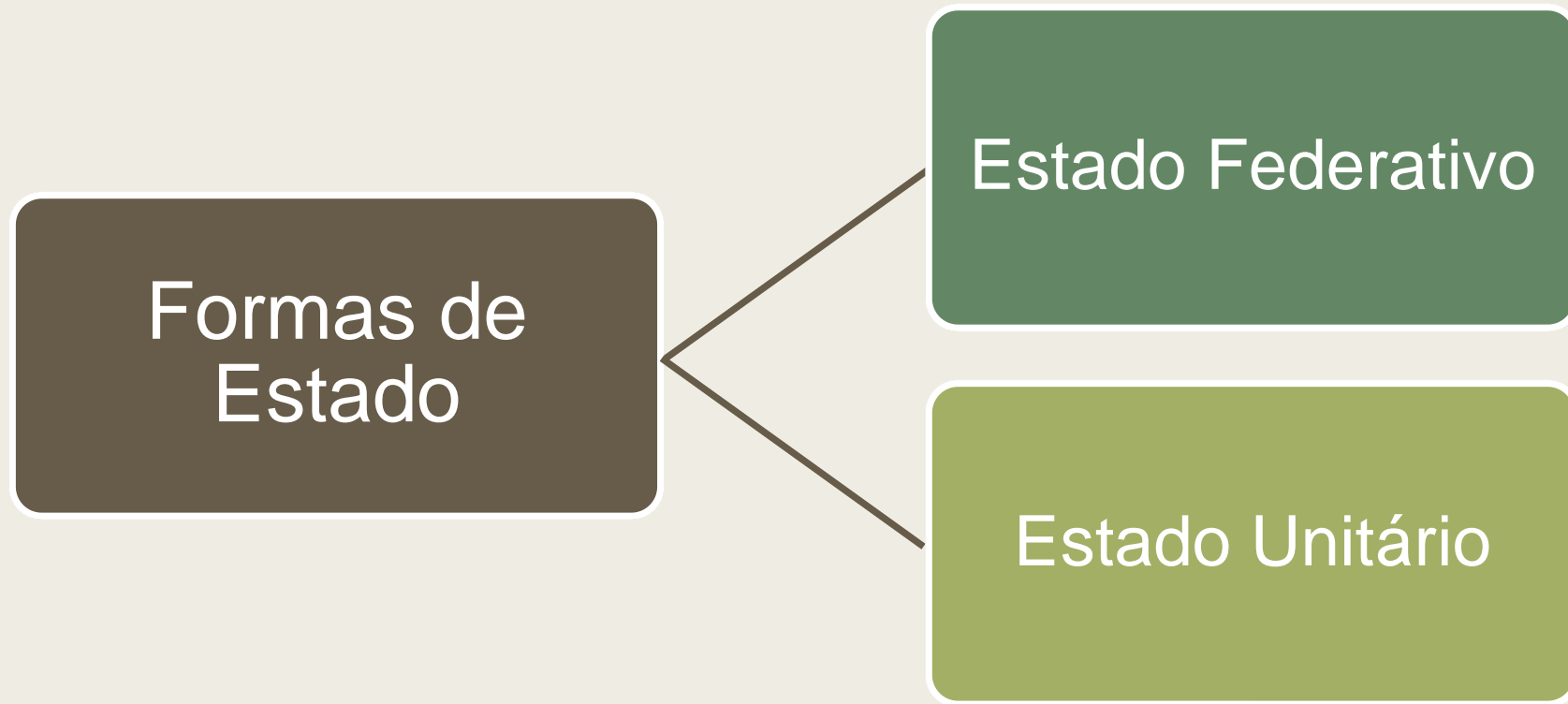
4. Estado



4. Estado

- **Soberania** “poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência”
- **Finalidade:** qual a função do Estado?
- Finalidade do Estado é o **bem comum**, ou seja, atingir o conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana (DALLARI, Dalmo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 108).
- **Povo:** o conjunto dos indivíduos que, através de um momento jurídico, se une para constituir o Estado, estabelecendo com este um vínculo jurídico de caráter permanente, participando da formação da vontade do Estado e do exercício do poder soberano (DALLARI, Dalmo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 99-100)
- **Território:** estabelece a delimitação da ação soberana do Estado; é um elemento intrínseco do Estado, sem o qual este não existe (DALLARI, Dalmo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 99-100)
- Base geográfica do poder do Estado;

4.1 Formas de Estado



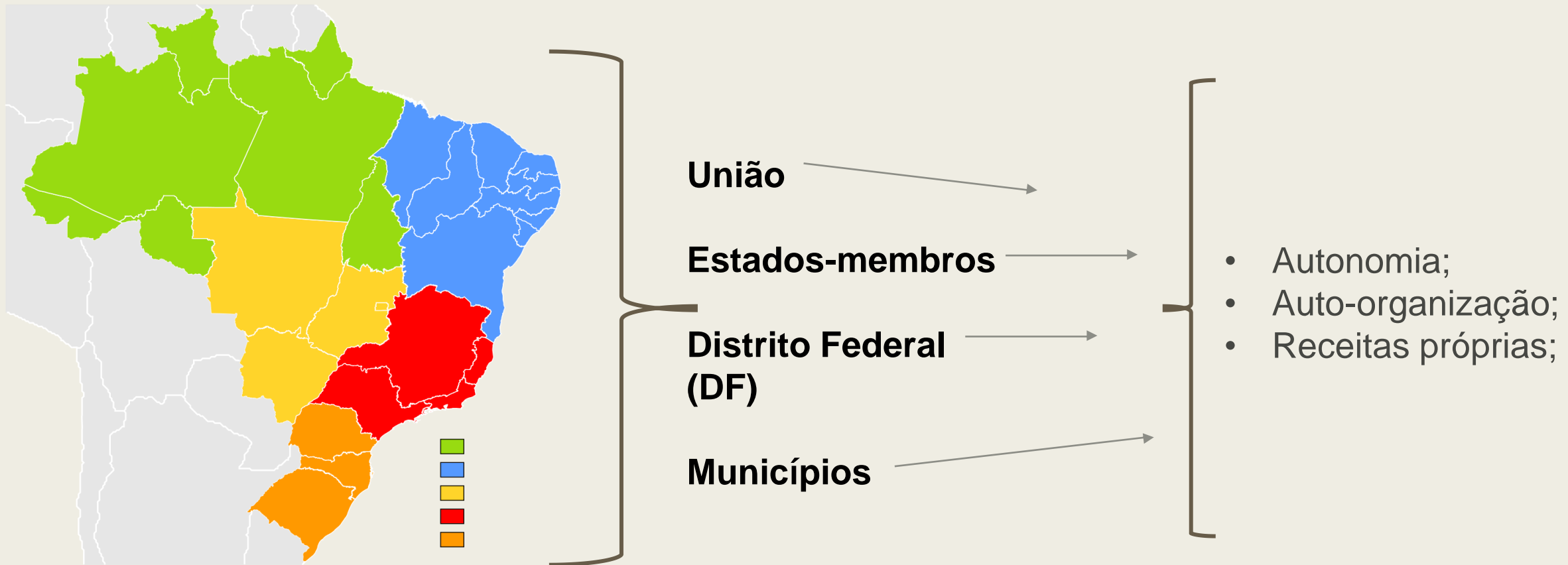
4.1 Formas de Estado

Estado Federativo

- Influência norte-americana (1787);
- Descentralização política;
- Convivência, no mesmo território, de diferentes unidades políticas autônomas;
- Repartição de receitas, competências, auto-organização de cada unidade política;
- Forma plural de ordenamentos (entes/entidades estatais);
- Ex: Brasil, EUA, Alemanha, Argentina, México, Canadá...

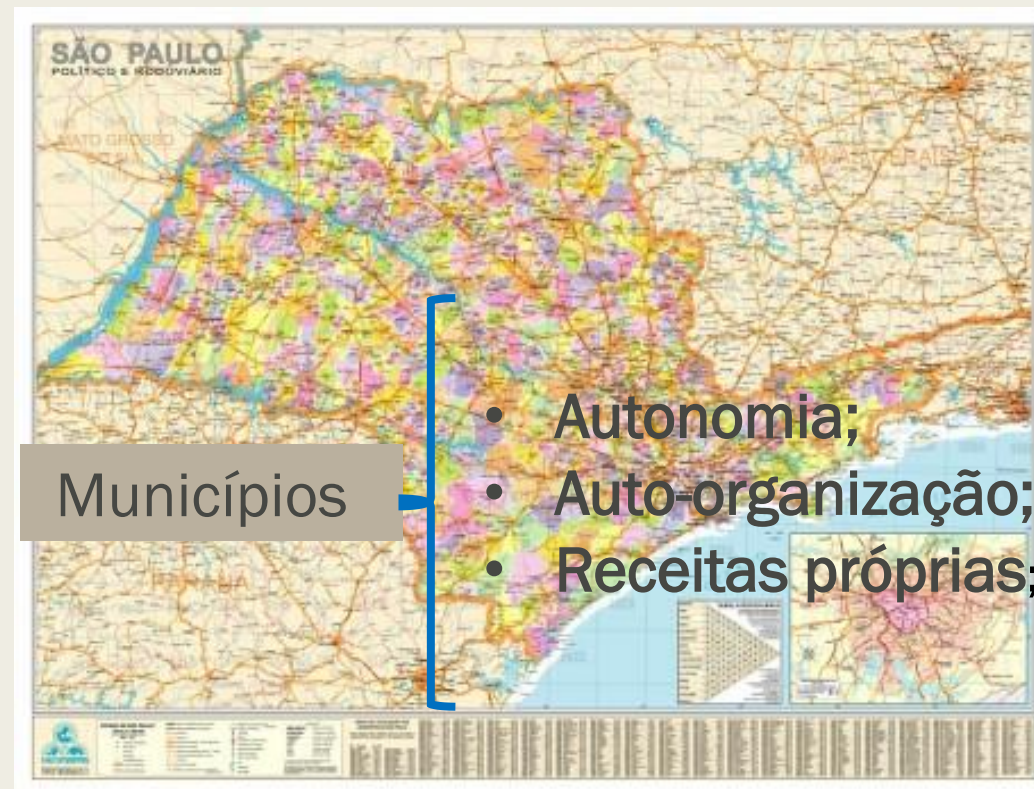
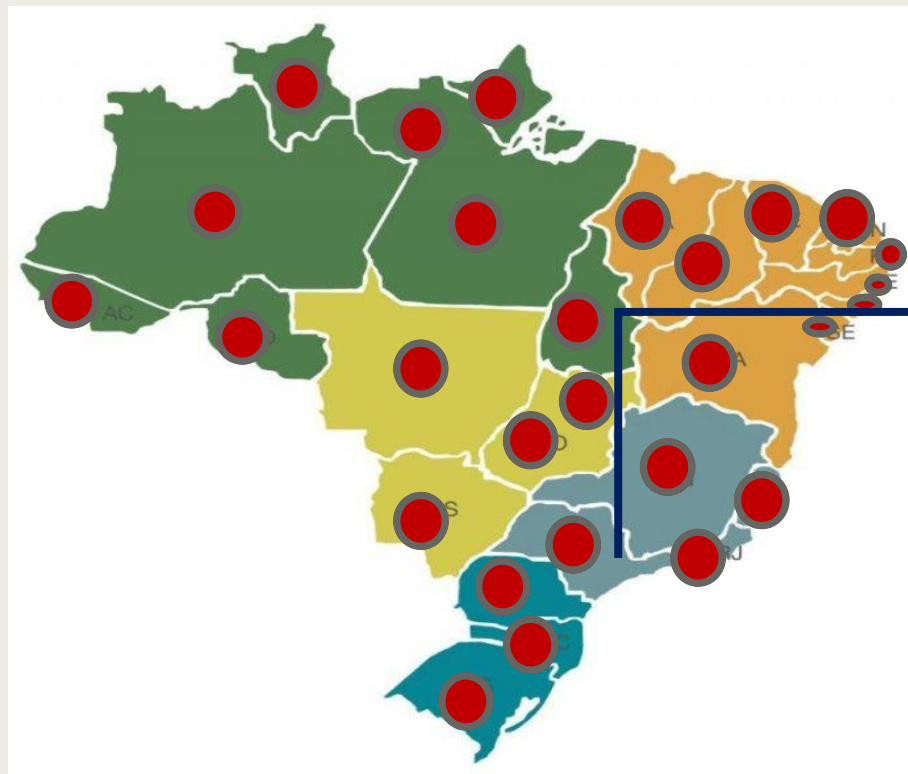
4.1 Formas de Estado

ESTADO FEDERATIVO



4.1 Formas de Estado

ESTADO FEDERATIVO



4.1 Formas de Estado

ESTADO FEDERATIVO

- Federalismo → Princípio fundamental do Estado brasileiro (art. 1º, CF/88);
- Federalismo → Cláusula Pétrea (art. 60, §4º, I, CF/88);
- Distribuição das competências dos entes federativos está prevista na Constituição Federal de 1988;

4.1 Formas de Estado

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]

Art. 60 [...] § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

4.1 Formas de Estado

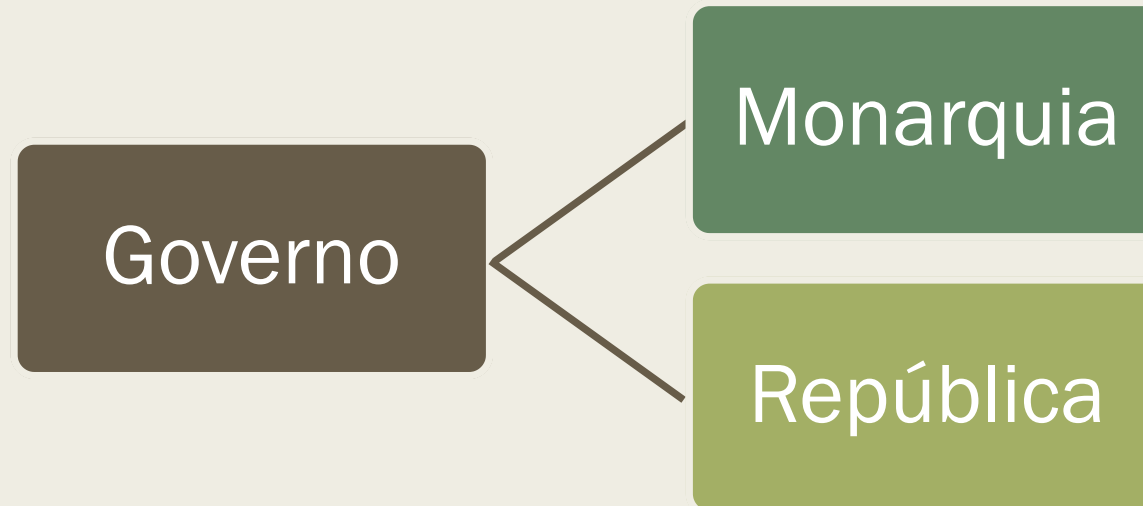
ESTADO UNITÁRIO

- Administrativamente: centralização na execução das leis e na gestão dos serviços;
- Não há unidades ou agentes administrativos independentes (entes federativos);
- Existência de um único poder político central (forma singular);
- Poder político central irradia sua competência, de modo exclusivo, por todo o território;
- Exemplos: Uruguai, Chile, França, China, Irlanda...



4.2 Formas de Governo

Governo: organização e funcionamento do **poder** do Estado
(BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2018. p. 207).



4.2 Formas de Governo

MONARQUIA

- Vitaliciedade: monarca governa por tempo incerto e ilimitado;
- Hereditariedade: escolha do monarca dá-se pela linha de sucessão e não por eleição;
- Irresponsabilidade: monarca não tem responsabilidade política sobre os seus atos;
- Ex: Reino Unido; Holanda; Dinamarca, Espanha; Suécia; Arábia Saudita; etc.

REPÚBLICA

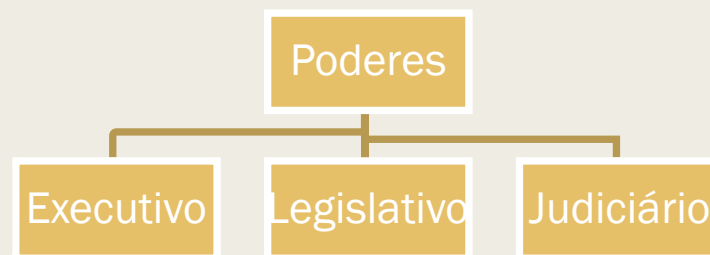
- Povo que escolhe seus governantes (representantes do povo);
- Temporariedade: Chefe de governo recebe um mandato (prazo determinado);
- Eletividade: chefe de governo é eleito pelo povo;
- Responsabilidade: chefe de governo presta contas ao povo;
- Ex: Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai, França, EUA, etc.

4.3 Brasil: formas de Estado e governo



- Forma de Estado: Federalista
- Forma de Governo: República
- Sistema de Governo: Presidencialista

5. SEPARAÇÃO DOS PODERES



- Brasil adota um sistema tripartite → Executivo, Legislativo e Judiciário
- Separação dos Poderes é uma **cláusula pétrea** (art. 60, §4º, III, CF);
- São poderes INDEPENDENTES e HARMÔNICOS entre si;

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 60 [...] § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

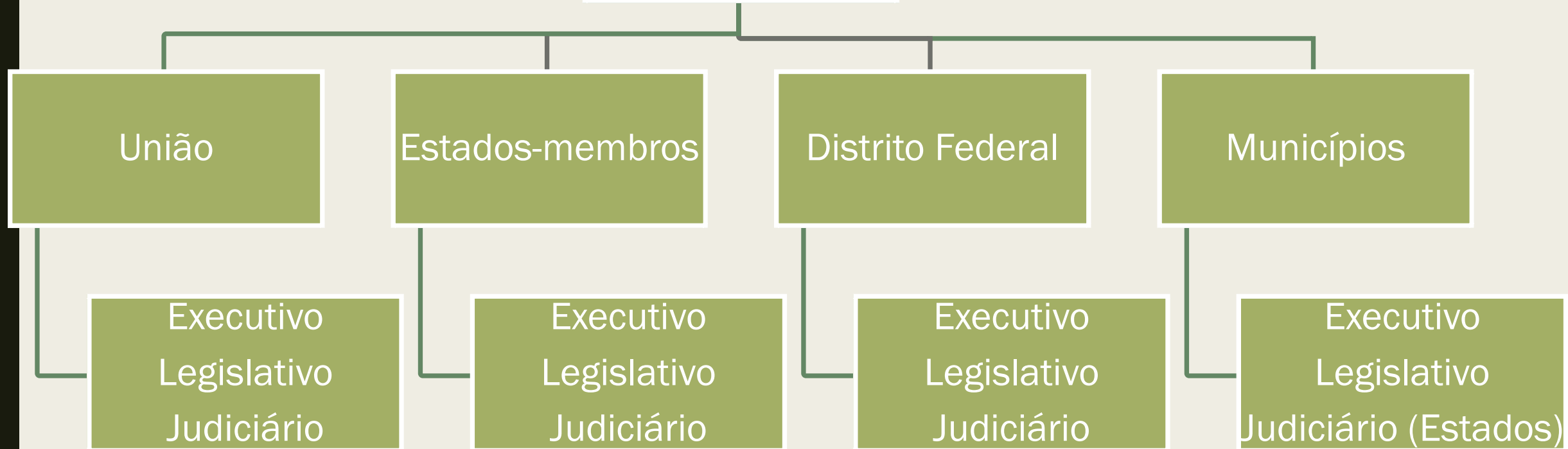
III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

5. SEPARAÇÃO DOS PODERES

PODER	FUNÇÃO TÍPICA	FUNÇÃO ATÍPICA
EXECUTIVO	Administrar	Legisla / julga
LEGISLATIVO	Legislar / fiscalizar	Administra/julga
JUDICIÁRIO	Julgar (aplicar a lei aos casos concretos)	Administra/legisla

Brasil
Entes Federados



5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)

- Exerce uma função essencial à Justiça (art. 129, CF);
- Não pertence a nenhum dos poderes do Estado brasileiro (Executivo, Legislativo, Judiciário);
- É uma instituição independente;
- Tem a finalidade de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais;
- Instituição atua em defesa do interesse público;
- Titular da ação penal pública;



5.2 DEFENSORIA PÚBLICA

- Instituição pública que presta **assistência jurídica gratuita** às pessoas que não podem pagar por tal serviço;
- Presta orientação jurídica e exerce a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- Promove a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico (educação em direitos);
- É uma instituição independente;



REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Brasília: EdUnB, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2018.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. Técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2016.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luis Bolsan de. **Ciência Política & Teoria do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

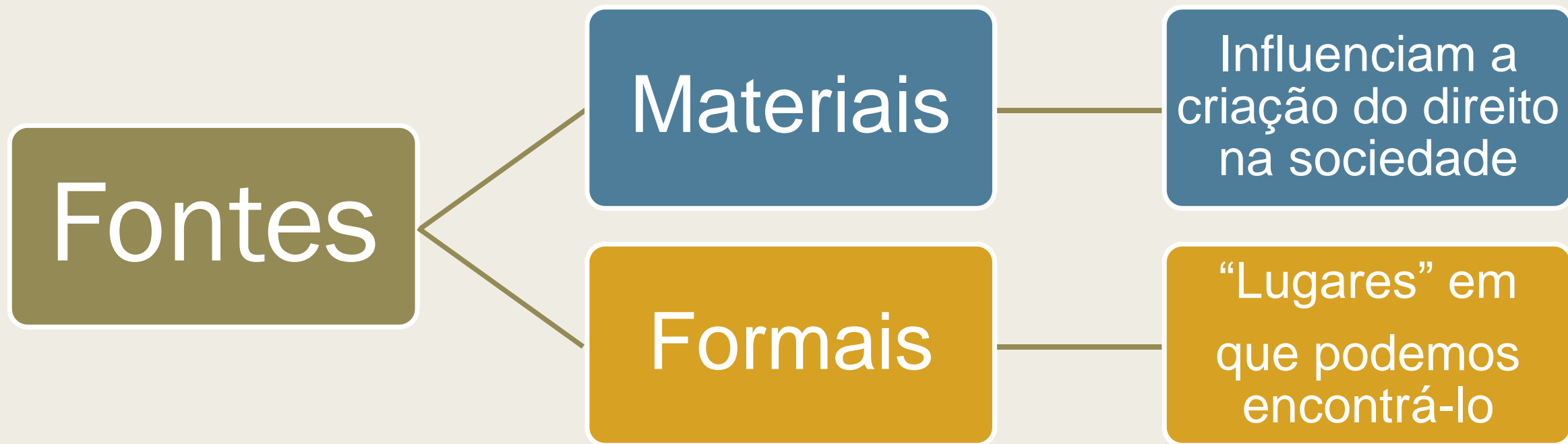


HUM-20

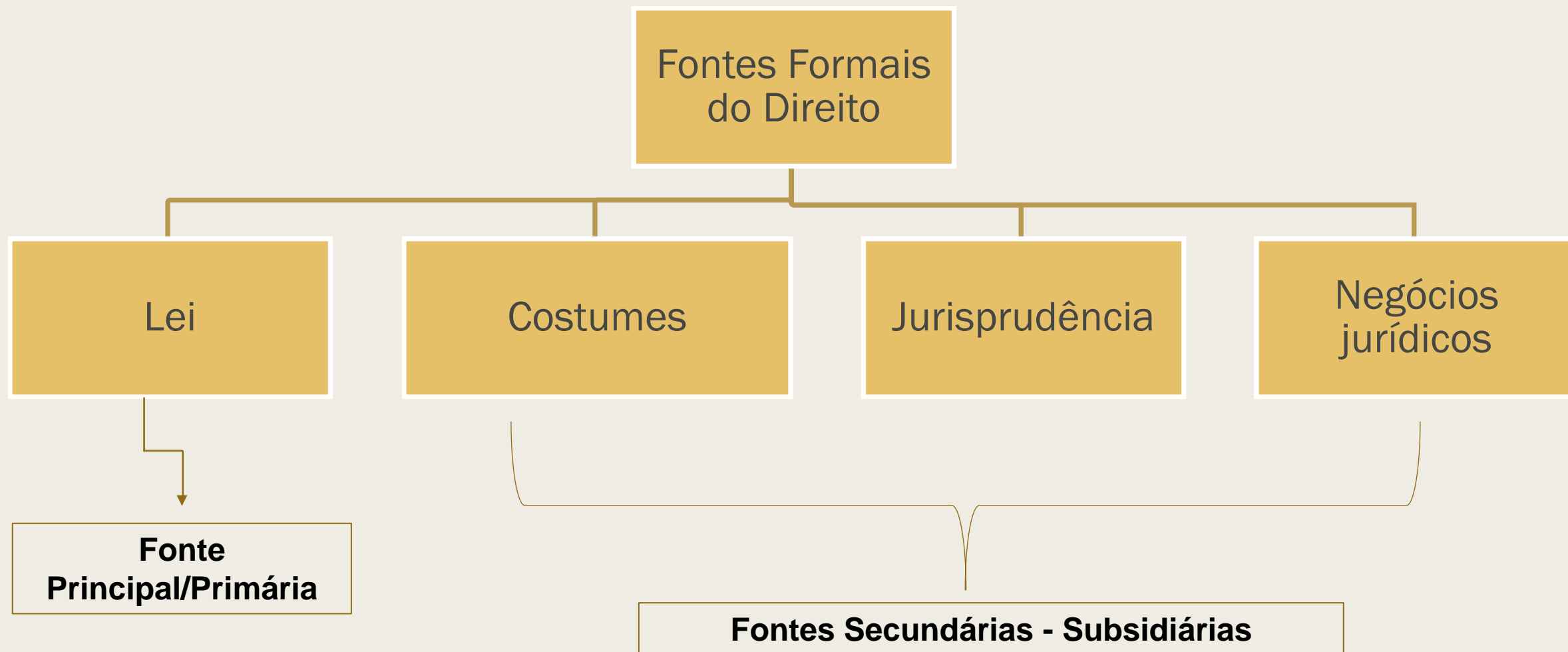
NOÇÕES DE DIREITO

AULA 02
FONTES DO DIREITO. INTRODUÇÃO AO DIREITO
CONSTITUCIONAL

1. FONTES DO DIREITO



1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS



1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

1.1 LEI

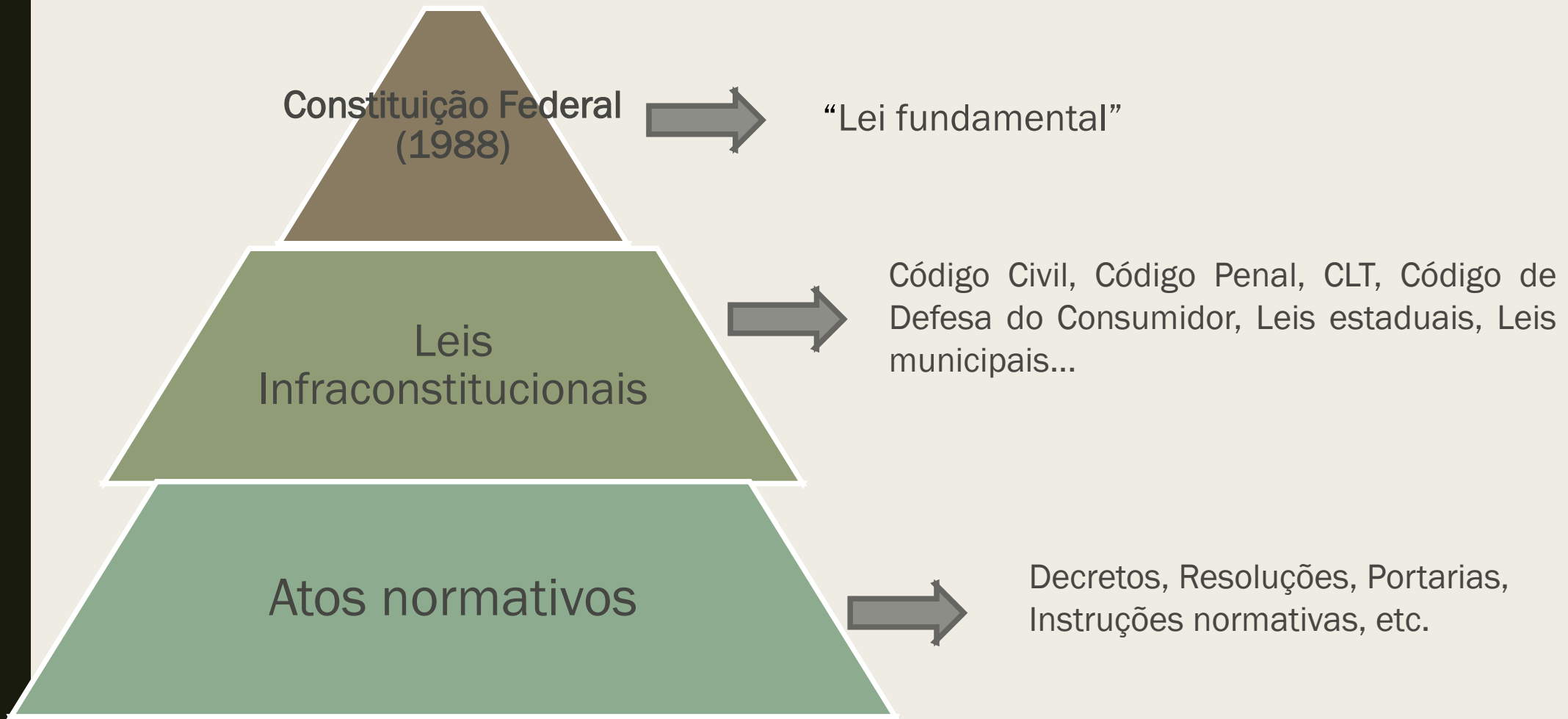
- Lei veicula conteúdos definidores de direitos e deveres (normas jurídicas);
- Tem a finalidade de regulamentar a vida social;
- São criadas a partir de um processo legislativo (leis no sentido formal)
- Existem outras categorias ou espécies de leis (leis no sentido material)



Fonte: Pixabay

1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

1.1 LEI: espécies normativas



1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

2. COSTUMES

- São comportamentos sociais que se repetem no tempo;
- Nascem por toda parte, de forma anônima, imprevista;
- Ex: Direito Comercial; Direito do Trabalho; Direito Civil...

Quanto a	Lei	Costume
Origem	Certa	Incerta
Elaboração	Predeterminada	Imprevista
Âmbito de eficácia	Geral	Particular
Forma	Escrita	Não escrita
Prazo de vigência	Determinado	Indeterminado
Modo de produção	Racional	Espontâneo

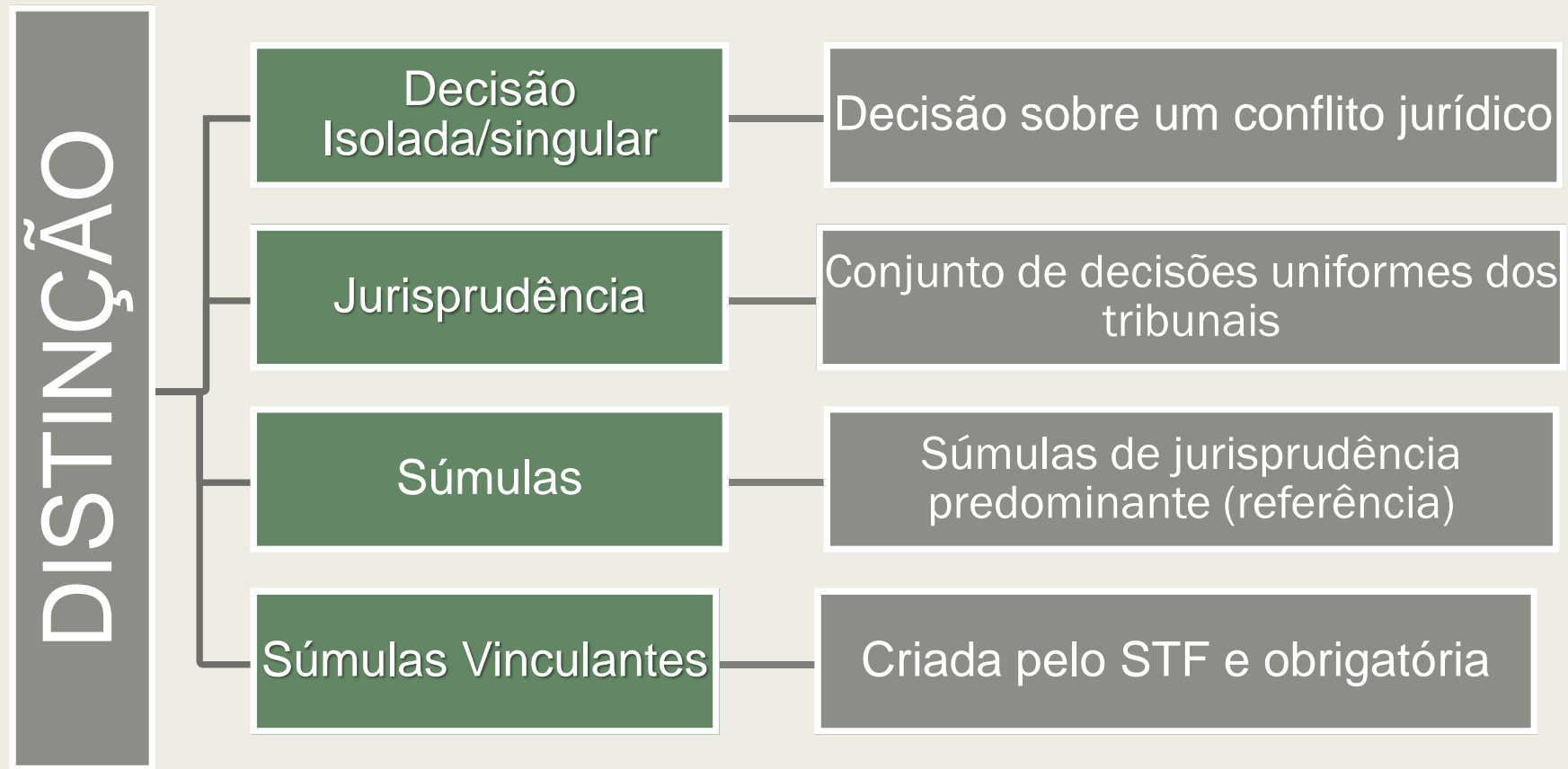
1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

3. JURISPRUDÊNCIA

- Conjunto de decisões uniformes e constantes dos tribunais, envolvendo casos **semelhantes** (GARCIA, Gustavo F.B. **Introdução ao Estudo do Direito**. Teoria Geral do Direito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015)
- Tribunais Superiores (STF e STJ) e Tribunais de Justiça → **unificam entendimentos**
- Ex1: direito de visita a animal doméstico após separação (STJ, 2018)
- Ex2: a falta de pagamento de mensalidade não opera, por si, a pronta rescisão unilateral do plano de saúde (Súmula 94 do TJSP).
- Ex3: aborto em caso de fetos anencéfalos (STF, 2012)

1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

3. JURISPRUDÊNCIA



1. FONTES DO DIREITO: FORMAIS

4. NEGÓCIOS JURÍDICOS

- São as regras contratuais, estabelecidas nas relações particulares;
- Relações jurídicas orientadas pela autonomia da vontade;
- Forma e o conteúdo não podem contrariar a lei;
- Deve haver a livre manifestação de vontade das partes envolvidas;
- Ex: contrato de locação; contrato de compra e venda; etc.



Fonte: Pixabay



Fonte: Pixabay

1. FONTES DO DIREITO

Civil Law

- Tradição latina e germânica
- Lei é considerada a fonte principal do Direito;
- Valorização do processo legislativo;

Common Law

- Tradição anglo-americana
- Usos, costumes e jurisdição são considerados fontes principais do Direito;
- Valorização dos precedentes judiciais;

2. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

- Constituição Federal/88: contexto histórico de redemocratização do Brasil
- “Constituição Cidadã”
- CF/88
 - Forma de Estado
 - Forma de Governo
 - Organização dos Poderes
 - Competência dos entes federados
 - Objetivos da República (art. 3º, CF/88)
 - Direitos e garantias fundamentais
- Art.1º, III → Dignidade da Pessoa Humana
- Princípio constitucional que tem o objetivo de respeitar a autonomia da vontade e a integridade física e moral do indivíduo

2. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;**
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

2. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

■ 2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS



2. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

■ 2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Arts. 5º a 17 → rol aberto (não taxativo) de direitos fundamentais
- Direitos fundamentais x garantias fundamentais



disposições declaratórias



disposições assecuratórias

Ex1: art. 5º, VI (liberdade religiosa)

Ex2: art. 5º, XV (liberdade de locomoção) → HC (art. 5º, LXVIII)

2. INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Direito

Garantia

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; **Direito**

LXVIII - conceder-se-á "*habeas-corpus*" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder; **Garantia**

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva, 2018.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Brasília: EdUnB, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2018.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. Técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2016.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luis Bolsan de. **Ciência Política & Teoria do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.